



**Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais**

CONSUMO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO GLOBAL

Flávia Santos de Faria Gomes

**Artigo apresentado como requisito parcial para
a obtenção do grau de especialista
em Relações Internacionais.
Orientadora: Professora Doutora
Cristina Yumie Aoki Inoue**

Brasília, 2015

Resumo:

O presente artigo propõe-se a discutir o incentivo ao consumo consciente e sustentável no âmbito global. Pretende-se identificar de que forma o consumismo está relacionado à globalização e aos danos ambientais, e o que tem sido feito historicamente pela comunidade internacional para a promoção de um modo de produção e consumo mais sustentáveis. Neste sentido, pretende-se também identificar algumas organizações da sociedade civil relevantes nesse processo. Por fim, analisa-se o Processo de Marrakech e sua relação com Plano de Produção e Consumo Sustentável (PPCS) do Brasil no intuito de expor como o compromissos estabelecidos no contexto internacional, podem contribuir por meio de práticas e políticas de incentivo à sustentabilidade, para a transformação social local.

Palavras-chave: consumo; sustentabilidade; relações internacionais; Processo de Marrakech

Abstract:

This paper aims to discuss how responsible and sustainable consumption has been fostered globally. The aim is to identify how excessive consumption is related to globalization and environmental damage, and what has been done by the international community historically to promote a way of more sustainable type of production and consumption. In this sense, the goal was to identify some relevant civil society organizations in this process. Finally, the Marrakech Process and its relationship with the Brazilian Sustainable Production and Consumption Plan (PPCS) was analyzed in order to highlight how commitments established in the international context may, contribute to local changes within social transformations through practices to encourage sustainability.

Keywords: consumption; sustainability; international relations; Marrakech Process

1. Introdução

Nos últimos anos, na agenda internacional, foi possível perceber uma crescente preocupação em relação à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. O debate a respeito da preservação do meio ambiente deixou de ser uma questão local e passou a ser entendido como uma complexa relação entre nações, tornando necessário repensar ações e estratégias para lidar com essa problemática de ordem mundial.

A noção de que a sociedade estava começando a se deparar com limites ecologicamente sustentáveis reforçou as ideias a respeito da ligação entre crescimento econômico e a degradação do meio ambiente. Dentro desse contexto, destacou-se a preocupação com um padrão de consumo excessivo, considerado um dos fatores responsáveis pelo aumento de produção industrial e todas as consequências poluentes provenientes do descarte desordenado de resíduos.

O consumo excessivo ocorre quando a utilização dos recursos ultrapassa a capacidade sustentável de um ecossistema (PRINCEN, 2002). Quando as questões ambientais, referentes à sustentabilidade, tornaram-se parte da agenda internacional no início da década de 1970, o consumo excessivo já era uma tema central no discurso de diversos ambientalistas.

Conforme os problemas ambientais vão ultrapassando as barreiras nacionais, entende-se que eles se tornam uma questão de política internacional. Nos últimos anos, combinados com os efeitos da globalização, as questões ambientais passaram a estar cada vez mais presentes na agenda internacional. Ações e políticas de incentivo ao consumo consciente devem ser empreendidas globalmente, uma vez que as consequências provenientes do consumo excessivo podem ser percebidas em uma escala intercontinental. Dessa forma, justifica-se a abordagem do tema dentro do estudo da Relações Internacionais.

O presente artigo pretende primariamente identificar ações em prol do consumo consciente e sustentável no âmbito internacional e, em seguida, algumas respostas do governo brasileiro como por exemplo, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PPCS). Para isso, traça uma relação entre a globalização e os hábitos de consumo, aborda-se ainda, de forma breve, duas estratégias mercadológicas que visam estimular o consumo, o *greenwashing* e a obsolescência

programada, e discorre sobre o histórico das principais convenções internacionais preocupadas com o incentivo de práticas sustentáveis de consumo e produção, assim como algumas representações da sociedade civil relevantes nesse cenário. Destaca-se, por fim, a relação entre o Processo de Marrakech e PPCS, demonstrando como uma ação internacional gera um compromisso local rumo à sustentabilidade onde as transformações sociais podem ser observadas do local para o global.

1.1 Metodologia

Por se tratar de um tema relativamente recente, com poucos estudos anteriores realizados a seu respeito, a metodologia escolhida foi a pesquisa exploratória. Objetivando entender as dinâmicas que permeiam o fenômeno que está sendo investigado. Opta-se pela pesquisa exploratória especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado, tornando difícil formular hipóteses precisas (GIL, 1999).

Por reconhecer que mais estudos sobre o as ações de fomento ao consumo consciente e sustentável são necessários, a intenção é que este artigo seja uma discussão inicial, e que possa ser utilizado como fonte para pesquisas subsequentes. Dessa forma, espera-se que possa ser aproveitado para abordagens mais diretas, permitindo um aprofundamento mais específico sobre o tema.

Através de levantamento bibliográfico, documental, análise de casos e documentos relacionados ao assunto, pretende-se proporcionar uma visão geral sobre o fomento ao consumo sustentável do âmbito local ao global, como essa questão vem sendo discutida historicamente, de que forma tratados propostos na comunidade internacional podem influenciar algumas políticas internas e como podem influenciar na governança global.

A importância de incentivar o consumo consciente insere-se em diferentes níveis de análise. A complexidade da cadeia de consumo e das consequências ambientais envolvem elementos que interagem desde o nível do sistema global, por se tratarem de consequências que afetam o mundo inteiro, até os indivíduos, que podem ser considerados os protagonistas de base da cadeia.

2. Consumo Consciente e Sustentável no Âmbito Global

Uma das possíveis definições de globalização tem a ver com a rápida expansão do mercado capitalista por todo o mundo. Essa expansão promove e integra o intercâmbio de recursos, padrões culturais tornando crescente a relação de subordinação e homogeneização entre países e regiões. A globalização e o crescimento da sociedade de consumo estão interligados. O modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea, mais especificamente após a Revolução Industrial, tem como característica o estímulo ao consumo como forma da gestão econômica da sociedade.

Segundo Bedin (2001), a globalização, a interdependência e o surgimento de novos atores internacionais, foram fundamentais para a crescente complexidade das relações internacionais tornando o planeta um “território de todos”. As fronteiras se relativizaram, e os meios de comunicação, transporte, produção e consumo “se agilizaram universalmente”. Dessa forma, é possível que tenha se consolidado uma nova etapa de desenvolvimento da humanidade, que redefine noções de tempo e espaço e configura uma grande mudança histórica para a humanidade.

Atualmente, se promove a ideia de que o consumo é considerado elemento essencial à inserção social, estimulando a visão deturpada de que qualidade de vida está relacionada ao quanto se tem, possui, e utiliza bens e serviços. O ato de consumir engloba comportamentos complexos que determinam modelos sociais. Os padrões de comportamento e consumo são considerados complexos por serem constituídos por ações, práticas e escolhas, que são moldadas por uma série de fatores, como a política, economia e as normas sociais.

“O consumismo não se refere à satisfação dos desejos, mas à incitação do desejo por outros desejos, sempre renovados – preferencialmente do tipo que não se pode, em princípio, saciar” (BAUMAN, 2005:121).

Estratégias mercadológicas partem da premissa de que é necessário transformar sonhos em necessidade, e esse seria o primeiro passo para uma cadeia de consumo excessivo. Bauman (2005) considera como elementos volantes da

economia, que têm por alvo o consumidor, a “*não-satisfação*” dos desejos e o estímulo à crença de que qualquer ação que seja feita para satisfazê-los nunca será suficiente ou satisfatória.

Dentre uma interminável gama de artifícios mercadológicos para incentivar o consumo, acrescenta-se ainda algumas estratégias, como por exemplo as técnicas de *greenwashing* e a obsolescência programada.

O termo *whitewashing* é utilizado para descrever práticas coordenadas a fim de esconder fatos desagradáveis especialmente no contexto político em atividades corporativas. *Greenwashing* é um termo derivado de *whitewashing*, criado por ativistas ambientais com o objetivo de descrever os esforços das empresas de se posicionarem como ambientalmente responsáveis, a fim de mascarar irregularidades ambientais, conquistando dessa forma um diferencial competitivo. Reconhece-se o *greenwashing* quando uma empresa ou organização empreende mais esforços, tempo e dinheiro alegando ser “verde” através da publicidade e marketing, do que fato implementando práticas de negócios que minimizam o impacto ambiental.

As práticas de *greenwashing* criam no consumidor a ilusão de que eles estão contribuindo com um modo de produção sustentável, quando na verdade não estão. Algumas vezes, até mesmo os *stakeholders* são enganados, acreditando que estão investindo em uma empresa com práticas sustentáveis.

A obsolescência programada é o termo que foi estabelecido para definir a prática de algumas empresas de fazer com que produtos sejam propositalmente produzidos para durar pouco, e serem substituídos mais rapidamente, acelerando dessa forma a cadeia de consumo.

Os problemas ambientais provenientes desta prática não limitam-se ao descarte de resíduos. É importante lembrar que a produção de novos produtos faz uso de diversas fontes de recursos naturais, como água e eletricidade por exemplo. Além disso, processos de produção em larga escala são geralmente altamente poluentes.

A obsolescência programada combinada com estratégias mercadológicas que estimulam a insatisfação, incentivando o consumidor a querer sempre algo mais novo, dá lugar a uma forma equivocada e insustentável de pensar sobre o consumo, já que o que se torna obsoleto deve ser rapidamente substituído. A convivência com a

“mentalidade do descartável” já está incutida na sociedade, e mudar essa percepção vem sendo uma tarefa difícil.

Por mais que a globalização esteja interligada ao incentivo ao consumo desenfreado, é possível também enxergar no fenômeno aspectos que contribuem à conscientização e ações práticas relativas ao consumo consciente. A globalização facilitou a expansão das políticas ambientais transnacionais e a intervenção de organizações não governamentais no que diz respeito a chamar atenção pública, influenciar em conferências internacionais, e até mesmo monitorar a implementação de acordos.

As consequências do consumo excessivo ao meio ambiente surgem não apenas no âmbito local, como também no global. O consumo excessivo causa devastação ambiental tanto por gerar uma quantidade elevada de lixo, quanto em virtude do processo de produção e suas consequências poluentes. Os resultados são o aquecimento global, a degradação da biodiversidade, a impermeabilização do solo e do ar e a poluição da água. De acordo com a Agenda 21, documento elaborado a partir da conferência Rio92, a maior causa da contínua degradação do meio ambiente são os padrões insustentáveis de consumo e produção. A quantidade, volume e diversidade de fluxos de resíduos tem aumentado consideravelmente especialmente em países em desenvolvimento. Além da diminuição dos recursos naturais, o consumo excessivo é responsável por agravar desigualdades.

2.1 Relações Internacionais e a Agenda Ambiental

Nessa seção será abordada a relação entre as questões ambientais e o construtivismo social e a segurança internacional, o histórico da preocupação ambiental da comunidade internacional e o fomento às práticas de produção e consumo sustentável, algumas representações da sociedade civil que se destacam nacional e internacionalmente no combate ao consumo excessivo, à defesa do consumidor e ao estímulo de práticas e políticas sustentáveis, e por fim, a relação entre o Processo de Marrakech e o PPCS.

2.1.1 Construtivismo Social

Ainda que as teorias das Relações Internacionais não possam ser interpretadas isoladamente, já que o contexto de sua aplicabilidade e interpretação é geralmente complexo, é possível entender a questão da interação entre o homem e o meio ambiente e como isso reflete na relação entre Estados, considerando as análises feitas a partir do construtivismo social.

“Muitos dos problemas levantados pela questão ecológica podem facilmente ser tratados pelas abordagens tradicionais. Para os realistas, essa questão é simplesmente mais uma fonte que explica o conflito entre os Estados, que é acrescentada a uma lista já longa. Para os liberais, o meio ambiente acrescenta mais um tema, embora muito importante, à agenda da cooperação internacional e formação de regimes. Para acadêmicos da EPI, a ecologia pode ser explicada como um aspecto da economia global. Em resumo, as abordagens tradicionais nos levam por um longo caminho para lidar com a questão ambiental.”(JACKSON & SORENSEN, 2007:373).

A teoria construtivista sustenta que *“realidade é socialmente construída”* e tem como foco a consciência ou percepção humana e seu lugar nos assuntos do mundo. Por esse motivo, é possível perceber que os processos de conscientização e estímulo à práticas de consumo consciente e preservação do meio ambiente, acabam compondo estruturas sociais que influenciam nas relações internacionais.

“Dizer que a realidade é socialmente construída implica reconhecer que aquilo que consideramos realidade resulta dos entendimentos coletivos e das práticas que constituem o mundo social. O que existe resulta das escolhas feitas por agentes humanos, mesmo quando elas não ocorrem sob circunstâncias livremente escolhidas por nós” (JATOBÁ, 2013:89).

Os construtivistas defendem que as relações humanas fundamentam-se em pensamentos e ideias, e isso se estende ao plano das relações internacionais. Jackson

& Sorensen (2007), afirmam que o construtivismo é uma abordagem empírica das relações internacionais, pois se concentram nas ideias intersubjetivas que as definem. Os autores consideram que os construtivistas se concentram nas ideias, concepções e pressupostos intersubjetivos que são compartilhados amplamente, ainda que possam ser sustentados por diferentes grupos sociais, organizações e formuladores de políticas públicas.

Wendt (1992) defende que é a partir da interação social que se formam os interesses de Estado e seu poder material. Sua teoria é considerada sistêmica por ser centralizada na forma como os Estados interagem no sistema internacional e por negligenciar a interação dos fatores domésticos. Já Martha Finnemore (1996) propõe uma variante à análise construtivista moderna ao definir as identidades e os interesses dos Estados. Dessa forma, ao invés de analisar a interação social entre os Estados, ela se concentra em compreender como as normas da sociedade internacional afetam essas identidades e interesses.

“Identidade e interesse são definidos por forças internacionais, ou seja, pelas normas de comportamento incorporadas à sociedade internacional. As normas da sociedade são transmitidas aos Estados mediante organizações internacionais. Elas moldam as políticas nacionais “ensinando” aos Estados quais deveriam ser os seus interesses” (JACKSON E SORENSEN, 2007:244).

Ainda como parte das transformações sociais defendidas pelo construtivismo, é possível observar as mudanças e interações políticas analisando a relação entre governos e outros atores como por exemplo empresas, organizações internacionais e ONGs. Esses atores desempenham um importante papel na política global uma vez que interagem com governos. Esses atores transnacionais, como são conhecidos, ganharam proeminência dentro dos estudos das relações internacionais já que algumas correntes os enxergam como parte fundamental da interação entre os Estados e formulação de políticas.

Goodwin e Jasper (2009) defendem que os movimentos sociais transnacionais se organizam em forma de redes e que por terem se tornado mais descentralizados, aproximaram-se à um grande número de pessoas ao conectarem-se às suas rotinas. Os autores afirmam que dessa forma, atualmente, é possível que se

estabeleça uma participação mais direta dos grupos locais no processos políticos transnacionais do que seria possível no passado. Esse processo foi facilitado por avanços na tecnologia da informação e também pela integração e profissionalização da força de trabalho global. Completam ainda que, ao facilitar a comunicação e a transmissão entre espaços políticos e níveis de ação distintos, as redes transnacionais auxiliam na conexão entre práticas e ideias tanto em contextos locais quanto em instituições e processos a nível global.

De acordo com Baylis (2014), os construtivistas percebem as estruturas sociais como um produto das relações estabelecidas entre elas, criadas através do compartilhamento de conhecimento, expectativas e entendimentos. O autor entende que para políticas e processos de interação sejam desenvolvidos com o objetivo de atingir a cooperação ao invés de conflito, é fundamental compreender o papel crucial destas estruturas sociais.

Os construtivistas estudam a mudança por meio da análise da interação social. Dessa forma, ao considerar as propostas disseminadas para a promoção do consumo consciente e sustentável, é possível enxergar uma potencial transformação social. Essa transformação refletiria na forma como são elaboradas políticas internas e externas, e como os Estados se projetam e relacionam internacionalmente em relação às questões ambientais. Acrescenta-se nesse aspecto, o papel que as organizações internacionais exercem na formulação de tratados, acordos e procedimentos, tornando-as estruturas fundamentais para essas transformações sociais.

Os impactos da degradação do meio ambiente e as consequências das mudanças climáticas tem sido cada vez mais associadas aos conceitos não tradicionais de segurança internacional. Isso ocorre uma vez que os danos causados ao meio ambiente podem representar uma ameaça tanto à segurança individual e nacional quanto à global. Nesse contexto, a falta de água em algumas regiões do planeta poderia ser um exemplo do meio ambiente uma fonte de conflito interestatal. Já desastres ambientais em larga escala podem gerar migração e crescimento populacional, que poderia ser um exemplo do meio ambiente como uma fonte de conflito intraestatal (JACKSON & SORENSEN, 2007).

Essas questões ampliaram o entendimento a respeito da vulnerabilidade dos territórios nacionais, assim como a respeito dos conflitos socioambientais, gerando um destaque às ideias do desenvolvimento sustentável na promoção da paz, da estabilidade e da segurança da sociedade. A importância de entender o conceito da segurança ambiental pode se dividir em dois aspectos. O primeiro seria entender as mudanças e evoluções teóricas dos conceitos tradicionais de segurança. Já o segundo, seria entender o impacto na sociedade tanto das mudanças climáticas quanto das ações sustentáveis empreendidas na preservação do meio ambiente.

“Recursos hídricos, alimentos e energia são fontes potenciais de conflito. Levando-se em consideração os desdobramentos geopolíticos e estratégicos nos anos que estão por vir, ainda não está claro como se desenvolverá a relação entre as grandes potências” (BAYLIS, 2014:187 tradução nossa).¹

Ainda que existam debates divergentes a respeito de até que ponto as questões ambientais podem gerar conflito, não restam dúvidas que a escassez de recursos naturais pode gerar tensão e pressão econômica, assim como agravar alguma tensão já pré-existente entre Estados. Por esse motivo, devido às recentes questões levantadas a respeito dos problemas ambientais globais, tem sido feita uma reavaliação a respeito da definição tradicional de segurança internacional.

2.1.2 Histórico da preocupação com o Consumo Consciente e Sustentável na Comunidade Internacional

Até o início do século XX as políticas ambientais internacionais eram bastante limitadas. A partir dos anos 60 o escopo foi ampliado e os problemas ambientais atingiram uma dimensão transnacional, evoluindo em seguida para uma dimensão global. As questões ambientais debatidas nesse período dificilmente transpunham fronteiras, e por esse motivo não eram discutidas pelos altos escalões políticos.

¹ *Water resources, food and energy are potential sources of conflict, and it remains unclear how great powers relations will develop in the years ahead, as geopolitical and geo-strategic changes unfold.*

Nesse contexto, percebe-se o surgimento de uma maior preocupação entre os países na implementação de normas jurídicas de proteção ambiental através da cooperação internacional. A evolução dessa nova política ambientalista se deu em três fases distintas. A primeira, embora de abrangência mais limitada, era mais ativista por simbolizar a conscientização acerca da degradação do meio ambiente e como isso afetava a qualidade de vida dos indivíduos, ressaltando a forte relação entre o progresso da humanidade e a integridade do meio ambiente. A segunda, foi o momento onde as questões *ecopolíticas* emergiram tornando-se latentes, tornando as questões ambientais, no contexto mundial, o principal objeto de políticas públicas nacionais e internacionais, por meio principalmente da mobilização das sociedades. Por fim, a terceira, onde as questões ambientais retornam às pautas, desta vez caracterizadas pela interação internacional. (PASSOS, 2009).

Por serem consideradas questões “apolíticas”, foram designadas às Agências Especiais das Nações Unidas, mas ainda assim não tinham relevância diplomática para a Assembleia Geral da ONU (AGNU). Nesse contexto, em 1968 a AGNU decidiu convocar o que veio a ser em 1972 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia. A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, foi uma conferência global voltada para discutir preservação ambiental, e é considerada um marco histórico político internacional.

A conferência abordou as causas dos impactos ambientais como a poluição atmosférica e o esgotamento de recursos naturais. Nesse mesmo evento foi concebida a *Declaração sobre o Meio Ambiente Humano*, um importante documento onde constavam princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam orientar decisões concernentes a questões ambientais. Além disso, um outro resultado formal foi um plano de ação que convocava todos os países, os organismos da ONU, e todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções aos problemas ambientais. Na Conferência de Estocolmo foi aprovada a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que serviu de inspiração a diversos países para o estabelecimento de legislações nacionais de proteção ambiental.

Ainda em 1972 um estudo teve grande importância para as discussões voltadas para o rápido crescimento mundial e suas consequências para o meio

ambiente. Trata-se da publicação “*Os Limites para o Crescimento*”, comissionado por um *Think Tank* conhecido como Clube de Roma, elaborado por uma equipe do Instituto de Tecnologia de Massachussets sob a liderança de Dana e Dennis Meadows. A partir de um inovador sistema computacional, a equipe analisou as relações entre a industrialização, a população, produção de alimentos, utilização de recursos naturais e poluição, e a partir disso desenvolveu uma série de possíveis cenários até o ano 2100, que evidenciavam que se os modelos de produção, consumo e desgaste de recursos naturais continuassem no mesmo ritmo, a terra colapsaria até 2070. A obra teve grande repercussão mundial por evidenciar a finitude de recursos do planeta, e por esse motivo acabou contribuindo para colocar a questão ambiental na política global .

Em 1983, a Assembleia Geral da ONU instituiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa comissão era chefiada pela a então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e era composta por personalidades influentes da política, cientistas, empresários e ativistas de organizações não governamentais. Quatro anos mais tarde, a comissão produziu o estudo *Nosso Futuro Comum*, que ficou conhecido como *Relatório Brundtland*. Este documento demonstrava a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo correntes e tinha como objetivo aliar o desenvolvimento econômico à proteção ambiental.

Em 1988 a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução determinando que fosse realizada até 1992 uma conferência onde fosse possível analisar e avaliar como os países haviam desempenhado ações de proteção ao meio ambiente que haviam sido propostas na Conferência de Estocolmo. Na sessão que aprovou essa resolução, o Brasil se ofereceu a sediar o encontro em 1992.

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio92. Nessa ocasião, afirmou-se que a maior causa da deterioração do meio ambiente estava diretamente relacionada aos padrões insustentáveis de consumo e produção. Dentre os acordos assinados durante a Rio92, destaca-se a Agenda 21, um programa de transição para o desenvolvimento sustentável assinado por cerca de 180 países (INSTITUTO ETHOS, 2012). A preocupação com os padrões de consumo estava presente nessa

publicação, cujo o quarto capítulo intitulado “*Changing Consumption and Production Patterns*” analisava as tendências do consumo e propunha uma mudança de padrões como minimizar a produção de resíduos, incentivar a compra de produtos cujo o processo de produção tivesse menor impacto no meio ambiente, dentre outras medidas.

Durante a Rio92, o Brasil foi um dos países que adotou a Agenda 21, sendo que em 2002 publicou a Agenda 21 Brasileira. Esse documento lançou diretrizes e uma série de linhas programáticas que foram parcialmente postas em prática em diversos programas. O principal objetivo da Agenda 21 Brasileira era a “*Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício*”, onde enfatizava-se a necessidade de promover novos hábitos de consumo.

Nesse mesmo ano foi criada a Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que até hoje proporciona anualmente um espaço de discussão entre governos sobre questões relacionadas à consumo e produção. Embora as deliberações tenham produzido poucas ações concretas, elas acabaram por resultar em uma exitosa revisão nas Diretrizes das Nações Unidas para a Proteção do Consumidor em 1998, incluindo mais fatores ambientais.

Em 2002, aconteceu em Johannesburgo, África do Sul, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável conhecida como Rio +10. Nessa ocasião, quando foram avaliados os avanços da década em relação à questão do consumo, concluiu-se que a questão não havia evoluído satisfatoriamente na maioria dos países. Por esse motivo, o PNUMA e o UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs) foram designados para liderar um processo de mudança.

O PNUMA tem zelado pela implementação de programas de ação e dessa forma exercido um importante papel no incentivo para o consumo sustentável no âmbito global. Suas iniciativas abrangem ações que conscientizam a respeito do ciclo de vida do produto (histórico de suas fases de produção compreendendo introdução, crescimento, maturidade e declínio), compras verdes (conceito que prioriza que práticas, processos e produtos sejam conduzidos priorizando o uso eficiente de recursos de forma que causem o mínimo impacto possível nos ecossistemas), e trabalhos com a publicidade, moda, finanças e setores de varejo,

bem como dos consumidores e grupos de jovens. A agência produz diversos materiais e publicações sobre consumo sustentável com o objetivo de facilitar a troca de conhecimento em ações necessárias para o desenvolvimento sustentável. Assim, trabalha ativamente propondo ações que fortaleçam a governança ambiental. Suas principais ações nesse sentido são o incentivo à cooperação entre Estados para que sejam acordadas prioridades, assim como apoio para que sejam desenvolvidas e implementadas no âmbito internacional novas leis e padrões ambientais.

A UNDESA trabalha em proximidade com governos e grupos de interesse, com o intuito de ajudar os países a atingir suas metas econômicas, sociais e ambientais. O foco de seus programas baseia-se na formulação e definição de normas, análises e no desenvolvimento de capacidades.

Em 2003, em Marrakech, Marrocos, foi sediada a reunião onde foi elaborado o Processo de Marrakech. O PNUMA e a UNDESA foram as agências designadas a liderar e desenvolver esse processo global. O documento é um marco em matéria de programas e elaboração de políticas globais para a produção e o consumo sustentáveis. Seus principais objetivos eram: dar assistência aos países para a promoção de práticas econômicas mais sustentáveis, auxiliar corporações a desenvolver modelos de negócios focados na preocupação ambiental e encorajar consumidores a adotar modos de vida mais sustentáveis.

O Processo de Marrakech serviu como base para a formulação do 10YFP, que veio a ser apresentado dez anos mais tarde na Rio+20. O 10YFP (Ten Years Framework Programme), é conhecido em português como *Quadro de 10 Anos de Programas para Produção e Consumo Sustentáveis*. Trata-se de um plano estrutural global de programas de ações que visam incentivar, através da cooperação internacional, o consumo e modos de produção sustentáveis, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Na seção 2.1.4 deste artigo, será analisada com mais profundidade a forma como o Processo de Marrakech incentivou o PPCS, plano de ação que foi implementado no Brasil.

O documento, apresentado e consolidado na Rio+20, surge como continuidade ao plano proposto em Johannesburgo em 2002. O 10YFP foi formulado sobre os princípios da responsabilidade compartilhada porém diferenciada, onde os países desenvolvidos deveriam tomar a liderança. O documento final recebeu fortes

críticas da comunidade internacional e da sociedade civil por não estabelecer metas claras de desenvolvimento sustentável, e por haver uma disparidade de compromissos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em 2012, em plena crise econômica global, é realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. Apesar de ter atraído pouca atenção pública, estabeleceu metas e objetivos através da apresentação do 10YFP, o plano de ação onde os países deveriam se comprometer a seguir metas e práticas de produção e consumo sustentável.

2.1.3 Organizações da Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil também vêm desempenhando um papel fundamental na conscientização ao consumo consciente e sustentável nos últimos anos. Elas são reconhecidas por motivar os consumidores a repensar seus hábitos de consumo, encorajar as corporações a produzir de forma mais sustentável, e negociar com os governantes a criação e aplicação de políticas.

O *Consumers International* (CI) é uma federação mundial de grupos que defendem os direitos do consumidor, composto por mais de 250 membros atuando em 120 países. O desenvolvimento sustentável é uma das maiores preocupações da CI. Eles desenvolvem trabalhos que incentivam o consumo sustentável e estão engajados com as agências especializadas das Nações Unidas em projetos para a conscientização contínua do consumidor.

O IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor) é uma associação de consumidores que desenvolve projetos em diversas áreas temáticas que visam a defesa dos direitos do consumidor. O instituto promove campanhas e ações de fomento ao consumo consciente, e junto ao MMA lançou a publicação “*Consumo sustentável: manual de educação*”.

O Instituto ETHOS é uma Oscip que trabalha com o objetivo de conscientizar e orientar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. O instituto defende que a “políticas públicas devem prever práticas voltadas para o

desenvolvimento sustentável”, e publica materiais de orientação às práticas de responsabilidade social.

O Instituto Akatu é uma ONG que busca difundir na sociedade práticas de consumo consciente. O instituto trabalha ativamente na conscientização do consumo consciente para a transformação do mundo, focando em atividades que provoquem uma mudança de comportamento do consumidor. Em seu último relatório publicado em 2013, o Instituto apresentou uma longa gama de iniciativas empreendidas tanto com parceiros nacionais quanto internacionais, assim como com o governo brasileiro.

“ O Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis, que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou em novembro de 2011, tem um comitê gestor indicado pelo ministério, que trabalhou na elaboração do plano e acompanhará a implantação das ações nele previstas. Por sua experiência de dez anos de projetos em educação e mobilização para o consumo consciente e produção de pesquisas e conteúdos, o Instituto Akatu é um dos membros desse comitê, que conta com representantes de 15 ministérios, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 23 representantes de entidades da sociedade civil” (INSTITUTO AKATU, 2013:40).

2.1.4 A Relação entre o Processo de Marrakech e o PPCS

Conforme apresentado anteriormente, em 2003, como um desdobramento do documento elaborado na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, foi criado Processo de Marrakech. O Processo tinha dois objetivos principais: o primeiro, era desenvolver e promover a implementação de políticas, projetos e programas voltados para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de consumo e produção, oferecendo apoio tanto aos governos, quanto ao setor privado e outros atores envolvidos, para ações a nível local e regional. O segundo, era oferecer subsídios para a elaboração do 10YFP. A iniciativa objetivava primordialmente dar aplicabilidade ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).

“O conceito de PCS trata-se da aplicação de uma abordagem integrada entre produção e consumo, com vistas à sustentabilidade, entendendo-se que há uma relação de influência de dependência recíproca entre essas duas dimensões da ação humana; a produção afeta o consumo (por exemplo, por meio de design de produtos e dos apelos do marketing), mas também o consumo afeta a produção, na medida em que as escolhas dos consumidores influenciam as decisões dos produtores – por exemplo, os casos de boicote a determinados produtos que poluem o meio ambiente ou causam danos à saúde levaram empresas a processos corretivos bem sucedidos.” (PPCS, MMA, 2010:18).

Fazia parte do Processo a realização de reuniões internacionais e regionais de acompanhamento, mesas redondas, e a criação de sete forças tarefa concentradas sobre o tema específico de práticas sustentáveis de consumo e produção, com o objetivo de estimular os países membros participantes a desenvolverem seus planos.

As sete forças tarefa foram divididas em quatro seções: Foco no Setor, Questões Sociais e Comportamentais, Ferramentas Políticas e Programas e Foco Regional. A seção *Foco no Setor*, tinha como objetivo estimular práticas de construção e turismo sustentável, a seção *Questões Sociais e Comportamentais* propunha práticas de estilo de vida sustentável e educação para um consumo sustentável, a seção *Ferramentas Políticas e Programas* buscava fomentar a produção de produtos sustentáveis e estimular as compras públicas sustentáveis e a seção *Foco Regional* visava promover a ampliação da cooperação com o continente africano.

As diretrizes do Processo defendiam que as ações deveriam ser tomadas a nível local pois dessa forma de encontrar e implementar soluções específicas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através das propostas de práticas sustentáveis. A proposta era uma abordagem flexível para o desenvolvimento do Processo e destacavam a importância e facilidade de integrá-lo aos programas nacionais já existentes.

Em 2007 o Brasil assumiu o importante compromisso junto às Nações Unidas aderindo ao Processo de Marrakech e comprometendo-se a desenvolver o seu PPCS. Com um comitê gestor, composto por representantes do governo, parceiros do setor

privado e da sociedade civil, lançou em 2010 uma versão preliminar do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). A primeira versão do plano, lançada em 2008, foi resultado da consolidação de trabalhos desenvolvidos por diversas organizações brasileiras, tanto governamentais quanto não governamentais, coordenadas pelo MMA.

“Os objetivos gerais do Plano de Ação (PPCS) são:

fomentar no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pelo Processo de Marrakech, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;

integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.” (PPCS, MMA, 2010:37).

O PPCS tem como objetivo unir programas governamentais, ações do setor privado e da sociedade civil, articulando as iniciativas para incentivar a mudança para padrões de consumo e produção mais sustentáveis. As áreas prioritárias inicialmente selecionadas foram: educação para o consumo sustentável, construções sustentáveis, agenda ambiental na administração pública, varejo e consumo sustentável, compras públicas sustentáveis e aumento da reciclagem de resíduos sólidos. (<http://www.organicnet.com.br/2010/10/governo-lanca-plano-ousado-para-promover-o-consumo-sustentavel-e-mudancas-na-producao-do-pais/> - Acesso em 22/03/2015).

Considerada como um “*eixo conceitual*” (MMA, 2010) para as ações do PPCS, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem como principal objetivo o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos provenientes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Criada em 2010, a lei

12.305/10 propõe práticas e hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos. Destaca-se dentro dessa política o conceito de *Responsabilidade Compartilhada* pelo ciclo de vida dos produtos. Dessa forma, a responsabilidade pelo destino final do lixo passa a ser comum aos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o Estado, o cidadão e titulares de serviços públicos de limpeza urbana.

Percebe-se na iniciativa da elaboração do PPCS a confluência de interesses estabelecido através do Processo de Marrakech. O compromisso gerado pela adesão do governo brasileiro às diretrizes do documento internacional, corresponde ao objetivo geral do mesmo, onde ações locais e regionais vão contribuir com a sustentabilidade no plano global.

O Processo de Marrakech visa dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). Ele solicita e estimula que cada país membro das Nações Unidas e participante do programa, desenvolva seu plano de ação, o qual será compartilhado com os demais países, em nível regional e mundial, gerando subsídios para a construção do “Global Framework for Action on SCP” (MMA, 2010:11).

A última versão do documento (2011-2014), reforça em seu texto a relevância da contribuição das agências multilaterais e de cooperação internacional para a promoção de troca de experiências, tecnologias e conhecimentos, e também da comunidade internacional, no sentido de intermediar interesses divergentes e auxiliar na implementação das mudanças necessárias.

O Processo de Marrakech incentivava também a participação da sociedade civil como colaboradores para a conscientização das práticas sustentáveis, assim como admitiram a contribuição dos grupos no esboço dos documentos do 10 YFP, e no fornecimento de importantes feedbacks ao Comitê Consultivo.

De acordo com relatório final do Processo de Marrakech publicado em 2011, embora se reconheçam grandes avanços ambientais e mesmo sociais, ainda há muito a ser feito. O relatório admite que é necessário que haja um aprimoramento nas metodologias de identificação e mensuração do progresso das práticas de produção e

consumo sustentáveis. Reforça ainda a necessidade de intensificar a comunicação para a conscientização da sociedade e planejar de forma mais eficaz os planos de investimento e programas de cooperação.

O PNUMA, por outro lado, afirma em sua publicação *Sustainable Consumption and Production for Poverty Alleviation* de 2012 que considera que o Processo de Marrakech foi eficaz ao oferecer mecanismos para a promoção da cooperação nos mais diversos níveis para alcançar as mudanças necessárias para a implementação de ações de estímulo ao consumo e produção sustentáveis, mas que o desafio de acelerar e expandir as atividades continua existindo.

3. Conclusão

Problemas globais requerem soluções igualmente globais. Entretanto, as ações locais continuam sendo a forma mais exequível de promover práticas de consumo e produção sustentáveis. As conferências ambientais internacionais, assim como os documentos e compromissos originados a partir desses eventos, foram e continuam sendo fundamentais para o estímulo e estabelecimento de ações sustentáveis. Políticas de sustentabilidade locais são essenciais para avanços na proteção ao meio ambiente, e a consonância com tratados propostos internacionalmente é extremamente importante.

Propostas de práticas e teóricas de produção e consumo mais sustentáveis foram uma das prioridades identificadas na Rio92, quando se reconheceu a necessidade de mudar esses padrões tanto nos países desenvolvidos, quanto nos em desenvolvimento. Desde aquela época, ficou latente a necessidade de uma transformação nos padrões globais para garantir uma melhor utilização dos recursos naturais. Já em Johannesburgo, dez anos mais tarde, reconheceu-se a necessidade da implementação do 10YFP, como forma de impulsionar as mudanças que haviam sido discutidas anteriormente. O Processo de Marrakech veio então para operacionalizar o conceito de produção e consumo sustentáveis em diversos países, abrangendo diferentes setores econômicos e realidades culturais.

Com o objetivo de promover a sustentabilidade no plano global, o compromisso firmado entre o governo brasileiro e a comunidade internacional

através do Processo de Marrakech com a implementação do PPCS, foi de extrema importância para a implementação de políticas públicas sustentáveis no Brasil. Embora reconheça-se a necessidade de ajustes nos planos atualmente em vigor, esse primeiro passo foi assertivo e fundamental.

As agências da ONU e as organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental ao estímulo das práticas de sustentabilidade por criarem convergência e sinergia entre os Estados. A resposta internacional às mudanças ambientais tem sido feita em forma de tentativas de promover uma governança ambiental global através de uma intensa cooperação entre governos. Entretanto, fica evidente tanto a necessidade de dar continuidade ao estímulo de ações locais que refletirão internacionalmente, quanto fazer uso de ferramentas que efetivamente comprovem a execução dos compromissos estabelecidos.

As práticas de fomento ao consumo consciente, incluindo as ideias e o que é de fato realizado, compõem modelos políticos e sociais percebidas globalmente nas interações interestaduais. Nesse sentido, é possível perceber algumas características pertinentes ao processo de interação entre os Estados definidos pelo construtivismo social. Essas ações de estímulo à conscientização para consumo consciente e sustentável geram uma transformação social a partir do momento em que o consumidor final se percebe como parte fundamental do processo de produção, e entende que compartilha com o poder público a responsabilidade de adotar efetivamente práticas sustentáveis, e exige de seus governantes ações nesse mesmo sentido.

Por fim, as mudanças nos padrões de produção e consumo envolvem uma complexa mudança cultural, que engloba valores, hábitos e comportamentos. Introduzir práticas que conduzam a um novo paradigma sobre o consumo, é uma tarefa árdua, e deve ser realizada por todos os atores envolvidos. O desafio não é apenas combater o consumo excessivo, mas buscar uma transformação nas estruturas que o sustentam.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, ZYGMUNT. **Vida Líquida**. Jorge Zahar Editor, 2005.

BAYLIS, J; SMITHS, S.; OWENS, P. **The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations**. Oxford University Press, 2014.

BEDIN, Gilmar Antônio. **A Sociedade Internacional e o Século XXI**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

BOSTRÖM, M.; KLINTMAN, M. **Eco-standards, product labelling, and green consumerism**. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, 2008.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODWIN, J.; JASPER, JAMES M. **The Social Movements Reader: Cases and Concepts**. Wiley Blackwell, 2009.

GOERG, P.; FERMIANO, B; CANHADA; D.; AFONSO, M. **Greenwashing no Brasil: Um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos**. Artigo PUC-RJ, 2014.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Inglaterra, 2007.

JATOBÁ, DANIEL. **Teoria das Relações Internacionais**. Editora Saraiva, 2013.

PASSOS, PRISCILLA N. C. De. **A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. Revista Direitos Fundamentais e Democracia, Unibrasil, 2009.

PRINCEN, T.; MANIATES, M; CONCA, K. **Confronting Consumption**. Massachusetts Institute of Technology, 2002.

SARFATI, GILBERTO. **Teorias de Relações Internacionais**. Editora Saraiva, 2011.

Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS**. Portaria n. 44 de 13 de fevereiro de 2008.

Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS**. 2011-2014

< <http://www.stopgreenwash.org/introduction> > Acesso em 03/02/2015.

<

<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=1444&menu=1010> > Acesso em 03/02/2015.

<

<http://www.unep.org/resourceefficiency/Policy/SCPPoliciesandthe10YFP/The10YearFrameworkProgrammesonSCP/Whatisthe10YFP/tabid/105966/Default.aspx> >

Acesso em 03/02/2015.

< <http://unep.org/pdf/brochures/EnvironmentalGovernance.pdf> > - Acesso em 03/02/2015.

< <http://www.iar-gwu.org/sites/default/files/articlepdfs/Niloy%20Biswas%20-%20Is%20the%20Environment%20a%20Security%20Threat.pdf> > - Acesso em 06/02/2015.

< <http://www.un.org/documents/ecosoc/cn17/1998/background/ecn171998-mccpp59text.htm> > - Acesso em 08/02/2015.

<

http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/11_11_24_PPCS_PARTE_I_Final.pdf > - Acesso em 09/02/2015.

<

http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/11_11_24_PPCS_PARTE_I_Final.pdf >, Acesso em 09/02/2015.

<

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100012&script=sci_arttext >, Acesso em 09/02/2015.

< <http://esa.un.org/marrakechprocess/>> acesso em 21/02/2015.

< (<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional/processo-de-marrakech>) > Acesso em 22/02/2015

< <http://www.unep.org/10yfp/About/tabid/106242/Default.aspx> > Acesso em 22/02/2015

<

<http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/Marrakech%20Process%20Progress%20Report%20FINAL.pdf> > Acesso em 22/02/2015

<

http://www.isa.org.usyd.edu.au/publications/documents/Wiedmann,Lenzen,Turner%26Barrett_EcolEcon_2007.pdf > - Acesso em 07/03/2015

<

<http://www.greeningtheblue.org/sites/default/files/Assessing%20the%20environmental%20impacts%20of%20consumption%20and%20production.pdf> > - Acesso em 07/03/2015

<

<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=52&ArticleID=52> > Acesso em 09/03/2015

< <http://unchronicle.un.org/article/stockholm-kyoto-brief-history-climate-change/> > Acesso em 09/03/2015

< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300006&script=sci_arttext > Acesso em 09/03/2015

< <http://www.consumersinternational.org/our-work/global-activity/> > Acesso em 10/03/2015

< <http://www.idec.org.br/tema/consumo-sustentavel> > Acesso em 10/03/2015

< <http://www.akatu.org.br> > Acesso em 10/03/2015

< <http://www3.ethos.org.br> > Acesso em 14/03/2015

< <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf> > Acesso em 14/03/2015

< <http://www.worldwatch.org/system/files/ESW990.pdf> > Acesso em 14/03/2015

< <http://www.clubofrome.org/?p=326> > Acesso em 21/03/2015

< [http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure FINAL.pdf](http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure_FINAL.pdf) > Acesso em 21/03/2015

< http://www.unep.org/pdf/SCP_Poverty_full_final.pdf > Acesso em 23/05/2015.

< http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Publicação-Resíduos-Sólidos_Desafios-e-Oportunidades_Web_30Ago12.pdf > Acesso em 22/03/2015.

< http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/relatorio_anual_akatu_2013.pdf > Acesso em 22/03/2015.

< <http://www.organicsnet.com.br/2010/10/governo-lanca-plano-ousado-para-promover-o-consumo-sustentavel-e-mudancas-na-producao-do-pais/> > - Acesso em 22/03/2015).

< <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/plano-nacional> > Acesso em 22/03/2015.

<
http://www.mma.gov.br/estruturas/243/_arquivos/plano_de_ao_para_pcs_documento_para_consulta_243.pdf > Acesso em 22/03.2015.